



**“COMO VOCÊ PODE DEIXAR SEU FILHO PARA TRÁS?”: SOBRE A
CULPABILIZAÇÃO DA MATERNIDADE E O PACTO MASCULINO**

**“¿CÓMO PUEDES DEJAR A TU HIJO?”: SOBRE LA CULPABILIZACIÓN DE
LA MATERNIDAD Y EL PACTO MASCULINO**

**“HOW COULD YOU LEAVE YOUR CHILD BEHIND?”: ON THE BLAMING OF
MOTHERHOOD AND THE MALE PACT**

Mithaly Salgado Corrêa¹

Dilton Ribeiro Couto Junior²

Leandro Teófilo de Brito³

RESUMO

O artigo analisa a violência discursiva nas redes sociais praticada por homens que atribuem sentidos sobre as maternidades a partir do desejo de manutenção da supremacia masculinista e patriarcal. Nosso foco aqui foi cartografar, a partir de uma perspectiva pós-estruturalista, a violência disseminada na internet, problematizando as práticas discursivas de determinados grupos de homens, que vêm encontrando nas redes sociais Threads e TikTok um espaço propício para defender uma sociedade sustentada pelo regime heteronormativo/patriarcal. O texto, subsidiado principalmente pelos conceitos de maternidade (Zanello, 2018; Fontel, 2019), masculinidades (Connell; Messerschmidt, 2013; Brito, 2025), discurso (Foucault, 2014) e cibercultura (Santos, 2011; 2019), possibilitou tecer reflexões sobre as opressões/hierarquias de gênero que desqualificam

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPed-UERJ). Integrante do Grupo de Pesquisa Juventude, Educação, Gênero e Sexualidade na Cibercultura (JEGESC). Bolsista de Mestrado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: mithalycorrea@gmail.com.

² Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPed-UERJ). Professor Adjunto da Faculdade de Educação da UERJ e do ProPed-UERJ. Líder do Grupo de Pesquisa Juventude, Educação, Gênero e Sexualidade na Cibercultura (JEGESC). Bolsista do Programa de Incentivo à Produção Científica, Técnica e Artística – Prociência UERJ/FAPERJ. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: junnior_2003@yahoo.com.br.

³ Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ProPed-UERJ). Professor Adjunto da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e docente permanente do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE). Líder do Grupo de Estudos sobre Masculinidades e Educação (GEMasc). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: teofilo.leandro@gmail.com.

determinados modos de ser mãe, revelando a força de uma norma que coloca o patriarcado e os grupos masculinistas no pedestal.

PALAVRAS-CHAVE: Cibercultura. Discurso. Maternidade. Masculinidade.

RESUMEN⁴

El artículo analiza la violencia discursiva en las redes sociales ejercida por hombres, quienes atribuyen sentidos a las maternidades desde el deseo de mantener la supremacía masculinista y patriarcal. Nuestro foco aquí fue cartografiar, desde una perspectiva posestructuralista, la violencia diseminada en internet, problematizando las prácticas discursivas de determinados grupos de hombres que encuentran en plataformas como Threads y TikTok un espacio propicio para defender una sociedad sostenida por el régimen heteronormativo/patriarcal. El texto, sustentado principalmente por los conceptos de maternidad (Zanella, 2018; Fontel, 2019), masculinidades (Connell; Messerschmidt, 2013; Brito, 2025), discurso (Foucault, 2014) y cibercultura (Santos, 2011; 2019), permitió tejer reflexiones sobre las opresiones y jerarquías de género que descalifican determinados modos de ser madre, revelando la fuerza de una norma que coloca al patriarcado y a los grupos masculinistas en un pedestal.

PALABRAS-CLAVE: Cibercultura. Discurso. Maternidad. Masculinidad.

ABSTRACT

This article analyzes discursive violence on social media practiced by men, who construct meanings around motherhood based on the desire to maintain masculinist and patriarchal supremacy. Our focus here was to cartograph, from a post-structuralist perspective, the violence disseminated online, problematizing the discursive practices of specific male groups that have found in social media such as Threads and TikTok a favorable space to defend a society sustained by the heteronormative/patriarchal regime. Supported mainly by the concepts of motherhood (Zanella, 2018; Fontel, 2019), masculinities (Connell; Messerschmidt, 2013; Brito, 2025), discourse (Foucault, 2014), and cyberculture (Santos, 2011; 2019), the text develops reflections on gender-based oppressions and hierarchies that delegitimize certain motherhoods, revealing the power of a norm that elevates patriarchy and masculinist groups to a pedestal.

KEYWORDS: Cyberculture. Discourse. Motherhood. Masculinity.

***“Culturalmente é assim que os homens se comunicam”*: masculinidade e maternidade em tensão**

De acordo com Bento (2011), a interpelação “É um menino!” não está apenas enunciando um corpo-generificado, “mas criando um conjunto de expectativas para aquele corpo que será construído como ‘menino’. O ato da linguagem, nessa perspectiva, não é uma representação da realidade, mas uma interpretação construtora de significados”

⁴ Resumos em espanhol e inglês versionados em agosto de 2025 com o auxílio do ChatGPT-5 e DeepSeek-V3/R1.

(p. 551). Na medida em que esse corpo-menino vai crescendo, diversos significados são atribuídos a ele por instituições sociais como a escola e a família, que não raramente reiteram práticas sexistas e machistas cotidianamente. Os significados atribuídos ao corpo-menino demonstram processos de hierarquia, violência e dominação entre os gêneros: enquanto é esperado que o corpo-menino apresente força e virilidade, por outro lado, o corpo-menina é reconhecido como aquele que requer cuidado, proteção e zelo (Freitas; Couto Junior; Carvalho, 2023).

Esses significados, reiterados em diferentes espaços sociais, contribuem para a construção de modelos normativos de gênero, entre os quais destacamos a masculinidade hegemônica⁵. A masculinidade hegemônica, conforme teorizada por Connell e Messerschmidt (2013), diz respeito a configurações de práticas que hierarquizam modos mais ou menos legitimados de “ser homem” e que são atravessadas pelo patriarcado e pelas relações de poder. As premissas dessa masculinidade hegemônica podem ser percebidas no trabalho cartográfico da pesquisa em andamento, que vem adotando o diário de campo como procedimento metodológico com a intenção de gerar entradas de problematização⁶. Trouxemos a seguir um fragmento narrativo desse diário, produzido em julho de 2025, que nos convida a uma melhor reflexão sobre a presença de discursos machistas e homofóbicos compartilhados nos grupos de WhatsApp voltados a estreitar laços afetivos entre amigos.

Durante uma festa de aniversário familiar, observou-se um parente – que se apresenta politicamente como progressista e de esquerda – trocando mensagens homofóbicas (áudios e figurinhas) com amigos em um grupo de WhatsApp. Ao questioná-lo sobre a contradição entre seu discurso público e político e suas práticas privadas, busco confrontá-lo acerca dos padrões de comunicação masculina nesses grupos fechados, onde discursos machistas e homofóbicos circulam com frequência. Em resposta ao meu questionamento, ele diz: “Desde os meus 4, 5 anos, que eu escuto essas brincadeirinhas entre os homens da família, meus tios, meu pai [...]. A gente acaba reproduzindo o que foi dito para gente quando a gente era criança”. Ele complementa dizendo: “Pode até ser uma contradição, mas os meus amigos não são homofóbicos, os meus amigos não são machistas, eu não sou homofóbico, eu não sou machista, mas culturalmente é assim que os homens se comunicam” (Diário de campo, julho de 2025).

⁵ Embora a teoria da masculinidade hegemônica não se localize numa perspectiva pós-estruturalista, conforme metodologia cartográfica que operacionalizamos neste texto, seus sentidos são mobilizados para o debate sobre os aspectos de dominância e hierarquia de homens sobre as mulheres na sociedade.

⁶ A primeira autora do trabalho vem desenvolvendo a pesquisa de mestrado, cuja intenção investigativa será apresentada ao final da introdução. Ademais, a discussão sobre a cartografia e o diário de campo será desenvolvida na segunda seção do texto.

A masculinidade hegemônica é produzida e reiterada através de dinâmicas familiares e sociais que naturalizam a homofobia e o machismo como parte da comunicação e da construção de identidades heteronormativas de homens. Brito (2025) complementa essa ideia ao entender a masculinidade como fruto de disputas narrativas. Além disso, a contradição presente no fragmento narrativo acima, quando o sujeito diz não ser homofóbico, nem machista, mas concorda que, “*culturalmente [...] é assim que os homens se comunicam*”, evidencia como a masculinidade hegemônica opera mesmo em contextos onde há aparente rejeição a seus valores. Essa reprodução sustenta hierarquias de gênero, mas não exige adesão explícita ao ideal hegemônico (Connell; Messerschmidt, 2013), se manifestando como um ideal a ser alcançado pelos homens a fim de encontrar pertencimento. A narrativa revela ainda como a masculinidade hegemônica, longe de ser um papel rígido, é um repertório que pode ser acionado estrategicamente, mesmo que de forma não intencional, a fim de manter laços afetivos masculinos. Sua manutenção, portanto, não dependeria apenas de convicções explícitas, mas inevitavelmente, da naturalização de determinadas configurações de práticas presentes na sociedade.

Por outra ótica, esse é um campo discursivo no qual os corpos-menino e corpos-menina se inscrevem, resultado das normas de gênero que reiteram os lugares sociais do masculino e do feminino, sustentando estruturas binárias que buscam manter intacta a ideia do que é considerado certo e errado para cada um dos gêneros/sexos (Bento, 2011). Dito isso, reconhecemos que as diferentes abordagens teóricas dos estudos direcionados aos homens e às masculinidades devem buscar romper com “o enquadramento no binarismo de gênero, ampliando seu potencial de análise, em particular, pelo diálogo com perspectivas que privilegiam aspectos linguístico-discursivos na produção dos sentidos sociais do masculino” (Ruani; Couto Junior; Brito, 2021, p. 3).

Nos últimos anos, principalmente no contexto das redes sociais da internet, vimos acompanhando a produção de discursos de ódio, que escancaram “a estrutura racista, misógina, homofóbica, preconceituosa, discriminatória e violenta historicamente constituída em nosso país” (Amaro; Couto Junior; Ganem, 2021, e020143). Esses discursos se confundem com a falsa sensação de “liberdade de expressão” (Amaro; Couto Junior; Ganem, 2021) e são produzidos pelo “cidadão de bem”, ou seja, pessoas que buscam manter seus privilégios em nome dos valores, dos costumes e da família tradicional (Carvalho; Pocahy; Santos, 2017). Em resposta a esses discursos, diversos movimentos ciberativistas vêm se constituindo por pessoas de todas as partes do planeta, que se organizam através das redes mobilizando-se colaborativamente com o objetivo de

questionar o cenário político contemporâneo (Teixeira; Soares; Couto Junior, 2024; Couto Junior; Velloso; Santos, 2020).

É diante desse cenário que os coletivos de mães universitárias, organizados em diversas Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil, vêm ganhando visibilidade ao denunciar sistematicamente esses discursos, instâncias e práticas que incidem sobre corpos femininos e maternos a fim de normatizá-los. Tais coletividades articulam ações mediadas pelas tecnologias digitais em rede, a fim de fortalecer laços de apoio mútuo, buscando tanto a sobrevivência subjetiva, quanto a permanência-resistência institucional de mães nos espaços universitários (Corrêa, 2024) – ação que caracteriza o ciberativismo materno-feminista enquanto prática ciberpolítica-afetiva. Desenvolvido por mulheres mães e aliadas/os, o ciberativismo materno-feminista articula denúncia e mobilização política materno-feminista, produção de conhecimento e criação de redes e ações coletivas por meio do uso estratégico das tecnologias digitais em rede. Essas ações são orquestradas em tempos de cibercultura, caracterizada por um cenário sociotécnico que envolve a articulação entre as esferas do ciberespaço e das cidades, garantindo que pessoas de todas as partes do planeta produzam e compartilhem informações umas com as outras (Santos, 2011; 2019). Esses coletivos desenvolvem estratégias em rede que vão desde ações voltadas para permanência institucional até ações que buscam dismantelar discursos – comumente produzidos e reiterados por determinados grupos de homens nas redes sociais – que normatizam corpos femininos e maternos.

Entendemos a rede como a forma pela qual a sociedade e as pessoas encontram-se organizadas em tempos de cibercultura (Ruani; Couto Junior; Brito, 2021, p. 3). Em uma era de produção, circulação massiva e compartilhamento de conteúdos, a visibilidade gerada pelos fluxos comunicacionais do ciberespaço nos permite conhecer a produção discursiva dos homens sobre as masculinidades, convidando-nos a analisar como a disseminação de determinados discursos contribui para a reprodução das normas de gênero e estruturas de poder (Ruani; Couto Junior; Brito, 2021). Desse modo, cabe desestabilizarmos determinadas normas e padrões sociais que são reiterados nas redes sobre as masculinidades e maternidades, “colocando em questionamento o poder de uma norma que, pautada pela lógica da referência, inferioriza todos aqueles que se recusam a viver sob determinados princípios” (Couto Junior; Brito, 2018, p. 93).

Nas redes sociais, mulheres e mães ciberativistas produzem diariamente conteúdos que subvertem e tensionam discursos hegemônicos reiterados cotidianamente

e que mobilizam sentidos sociais acerca das categorias de gênero e maternidade. Através da produção e do compartilhamento de publicações críticas a esses modelos, elas questionam normas sociais forjadas por instituições como a família e a Igreja e constantemente reafirmadas por discursos masculinistas nas redes sociais. Nesse movimento, elas revelam como dispositivos atuam na normatização de corpos atravessados por essas categorias, criando fissuras aos modelos dominantes. No entanto, essa atuação não ocorre sem resistência: ao expor ideias que desafiam normas estabelecidas, essas mulheres se tornam alvo de ataques misóginos e comentários de ódio compartilhados por grupos incels e masculinistas.

Esses grupos passam a se estruturar em/na rede a partir da abjeção da diferença, rejeitando e estigmatizando tudo o que é classificado como divergente do padrão dominante. Ruani, Couto Junior e Brito (2025) ressaltam que, nesse processo, uma masculinidade idealizada é construída como referência normativa, servindo para (des)qualificar quaisquer expressões de masculinidade que não se conformem a esse modelo. Os discursos violentos frequentemente produzidos por esses grupos se concentram na culpabilização e estigmatização materna, na diminuição da figura da mulher, na patologização da sexualidade feminina e na reafirmação dos tradicionais papéis de gênero com base em discursos religiosos e (pseudo)científicos. Nesse sentido, concordamos com Freitas, Couto Junior e Carvalho (2023), quando afirmam que a constante repetição e o reforço das normas reguladoras de gênero acabam por revelar suas próprias fragilidades e limitações. Para a autora e os autores, sempre existirão aquelas/es que desafiam e escapam a esse modelo idealizado de sujeito, construído dentro do imaginário heteronormativo – um padrão que continua privilegiando o homem branco, cisgênero e heterossexual como parâmetro para as demais identidades de gênero e orientações sexuais.

O contexto acima apresentado é o pano de fundo deste artigo, fruto de pesquisa de mestrado em desenvolvimento no campo da Educação. A pesquisa tem como proposta investigar os movimentos materno-universitários atuantes nas universidades do estado do Rio de Janeiro (RJ), com foco em suas estratégias de enfrentamento às barreiras institucionais e simbólicas que dificultam a permanência e a progressão acadêmica e científica de mães no espaço universitário. Para este texto, nosso foco é analisar a violência discursiva nas redes sociais praticada por homens que atribuem sentidos sobre as maternidades a partir do desejo de manutenção da supremacia masculinista e patriarcal. Para isso, nos ancoramos principalmente nos conceitos de maternidade (Zanella, 2018;

Fontel, 2019), masculinidades (Connell; Messerschmidt, 2013; Brito, 2025), discurso (Foucault, 2014) e cibercultura (Santos, 2011; 2019), que possibilitaram tecer reflexões, ainda que preliminares, sobre as opressões/hierarquias de gênero que desqualificam determinados modos de ser mãe, revelando a força de uma norma que coloca o patriarcado e os grupos masculinistas no pedestal.

Além desta introdução, o texto está organizado em outras três seções. A seguir discutimos nossa opção pela cartografia *online* na condução da pesquisa de mestrado, e posteriormente analisamos comentários realizados por homens nas redes sociais Threads e TikTok entre dezembro de 2024 e janeiro de 2025. Por fim, a título de conclusão, discutimos o ciberativismo materno-feminista, voltando nosso olhar para o modo como as mães vêm ocupando o ciberespaço na constituição de estratégias de resistência em resposta à supremacia masculinista e patriarcal.

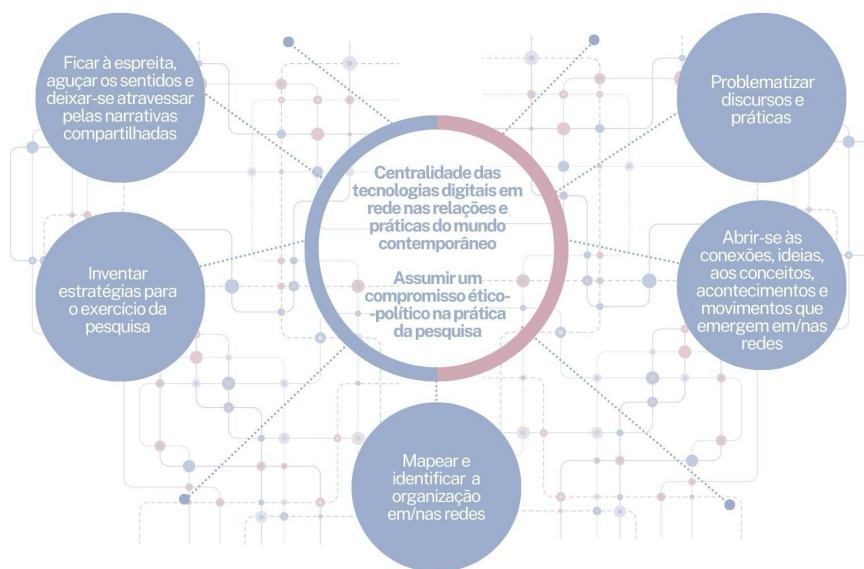
Cartografia *online*: um modo de pesquisar/conhecer na cibercultura

Neste texto, buscamos cartografar a violência discursiva nas redes sociais praticada por homens, que encontram no digital em rede a possibilidade de fortalecerem ideais de mundo visando a manutenção da supremacia masculinista e patriarcal. A cartografia *online* configura-se como um método crítico-analítico para investigação das relações micropolíticas, possibilitando a análise de estruturas, interconexões e sistemas coletivos que participam da constituição das subjetividades (Carvalho; Pocahy, 2023). Nosso modo de operar com a cartografia *online* é ancorado em aportes pós-estruturalistas, que questionam concepções fixas de significados e rejeitam modelos teóricos normativos ou explicativos. Adotamos esse posicionamento com o propósito de problematizar as chamadas “verdades estabelecidas”, priorizando em nossa análise a investigação das dinâmicas de poder (Meyer, 2014) e atentando para a dimensão histórica e social que constitui o cenário dos grupos analisados.

O cenário global atual é caracterizado pela cibercultura, conforme apresentamos anteriormente, que diz respeito ao modo como as tecnologias digitais em rede vêm reconfigurando as formas de ser/viver (Santos, 2011; 2019). Nossa perspectiva teórico-metodológica não comporta roteiros predefinidos, uma vez que nos distanciamos de premissas investigativas que valorizam manuais de “como fazer” (Couto Junior *et al.*, 2023). Cartografar em tempos de cibercultura é poder acompanhar a formação de redes, processos formativos, agenciamentos e os modos de subjetivação (Carvalho; Pocahy,

2023). Deste modo, nossa cartografia *online* se debruça sobre dois modos centrais de pensar-fazer a pesquisa, a saber: 1) pensar a centralidade das tecnologias digitais em rede nas dinâmicas relacionais e práticas do mundo contemporâneo (Santos, 2019); e 2) assumir como necessário um fazer científico orientado por compromissos ético-políticos (Silva; Paraíso, 2023).

FIGURA 1 – Princípios da cartografia *online*



Fonte: Autoras.

Conforme sistematizamos na imagem acima, nossa cartografia é baseada em princípios que orientam nosso modo de pesquisar/conhecer. Primeiramente, interessa-nos mergulhar e deixar-nos afetar no ciberespaço, observando os acontecimentos que nos tocam/atravessam. A intenção é acompanhar os fluxos informacionais no contexto do ciberespaço-territórios físicos e produzir dados que nos aproxime das vivências e experiências compartilhadas por internautas, gerando entradas de problematização. Os dados produzidos e cartografados nesta pesquisa podem auxiliar na compreensão das relações de poder, interdições, opressões e outros atravessamentos que afetam grupos de pessoas, possibilitando conhecer a constituição das identidades e subjetividades.

Adotamos a conversa como estratégia metodológica, reconhecendo a linguagem como um lugar de disputa (Souza, 2023). Ao pesquisar no contexto da cibercultura, compartilhamos do entendimento de Couto Junior, Ferreira e Oswald (2017), que reconhecem a conversa *online* como um procedimento capaz de romper com hierarquias

tradicionais, valorizando a relação horizontal e dialógica entre pesquisador/a e sujeitas/os da pesquisa. Essa perspectiva tem como ponto de partida o encontro entre consciências, no qual os sentidos são construídos e constantemente negociados, sustentados pela escuta mútua e pelo reconhecimento da alteridade. Para o autor e a autora, as experiências compartilhadas em/nas redes favorecem ainda o surgimento de um sentimento de cumplicidade entre as/os sujeitas/os, que, juntas/os, produzem sentidos sobre diversas questões. Esse modo de fazer pesquisa rompe com as abordagens que pretendem “dar voz” às/aos participantes, pois compreende que tanto pesquisador/a quanto sujeitas/os são expressivos e falantes e já estão, portanto, legitimadas/os a falar. Deste modo, não acreditamos que o conhecimento seja algo que se persegue a fim de ser validado através de respostas definitivas, mas que é uma construção relacional, tecida a partir da partilha de sentidos, que são sempre provisórios e abertos (Couto Junior; Ferreira; Oswald, 2017).

A conversa como estratégica metodológica apresenta limitações em contextos de pesquisa que envolvem temáticas sensíveis, nas quais a interação direta com as/os participantes pode representar riscos para as/os pesquisadoras/res (Ruani; Couto Junior; Brito, 2025). Por esse motivo, na produção de dados desta pesquisa, adotamos três estratégias diversificadas: 1) a abordagem conversacional em contextos considerados seguros; 2) uso do diário de campo; e 3) em situações envolvendo risco de exposição para a pesquisadora, optamos pelo trabalho cartográfico centrado na observação das interações *online*.

Nessa perspectiva, concordamos com Duque (2024) quando afirma que não necessariamente precisamos nos anunciar como pesquisadoras/es em espaços públicos onde há interação, nem buscar, em espaços privados, a autorização dos responsáveis pelo conteúdo que nos interessa cartografar, pois esses métodos, isoladamente, não garantem a ética na prática da pesquisa em educação. Em casos como estes, pode-se adotar outras maneiras eticamente comprometidas na pesquisa, como a conservação da identidade das/os atrizes/atores sociais participantes, mesmo nos casos de personalidades públicas ou de interações em espaços digitais abertos. Embora reconheçamos o desejo das/os internautas de se sentirem reconhecidas/os como autoras/es de suas ideias e narrativas (Maddalena, 2020), nesta pesquisa optamos por não expor a identidade das/os sujeitas/os. Deste modo, nosso foco consiste nas agências e nos sentidos que são produzidos nas esferas do ciberespaço-territórios físicos, construídos por meio de dinâmicas e relações de poder, bem como por processos de subjetivação (Duque, 2024).

Nesse processo, as trocas vivenciadas no ciberespaço que nos afetam ou que se aproximam das questões da pesquisa são registradas em diário de campo, o que inclui tanto as narrativas da/os participantes, quanto nossas próprias narrativas, como participantes ativas/os desses espaços. Para organizar os dados produzidos na investigação, utilizamos estrategicamente plataformas de armazenamento em nuvem e aplicativos de conversa, como Google Drive e WhatsApp, aliados à prática da diarização da pesquisa. Segundo Maddalena (2018), o diário de campo permite registrar experiências, achados, impressões, angústias e demais informações que emergem na investigação. Trata-se de uma estratégia de organização do pensamento que, ao narrar as experiências vividas em campo, estimula a reflexão crítica sobre as ações realizadas durante o processo de pesquisa (Maddalena, 2020). Maddalena (2020) concorda que, ao registrar esses pensamentos e experiências, a escrita provoca reflexões ainda mais profundas, demandando maior consciência quando comparada às narrativas orais, uma vez que o texto escrito é fixo e não se apaga com o tempo. Deste modo, nos registros de diário há, inevitavelmente, revelações, reencontros com experiências passadas/presentes e anseios futuros que tocam/afetam todas as pessoas envolvidas na pesquisa (Maddalena, 2020).

Assim, esse texto se debruça sobre a discussão de uma das categorias de análise cartografadas na pesquisa em desenvolvimento e que é voltada para discutir a relação/tensão entre a masculinidade hegemônica e a maternidade. Para tanto, analisamos publicações e interações de internautas nas plataformas Threads e Instagram entre os meses de dezembro de 2024 e janeiro de 2025. Nessas publicações, mulheres e homens mobilizam, em seus discursos e narrativas compartilhados no ciberespaço, categorias como gênero, maternidades e masculinidades. Complementarmente, foram cartografadas postagens de mulheres e mães ciberativistas atuantes no Instagram, majoritariamente compartilhadas no mês de maio de 2024. Algumas publicações, embora mais antigas, ressurgiram durante o trabalho cartográfico através do algoritmo da plataforma, mantendo-se em circulação apesar de sua temporalidade original, em um fenômeno possibilitado pelo fluxo dinâmico das redes e por sua característica capacidade de preservação e memória (Santaella, 2024).

Para analisar os comentários cartografados, recorreremos ao conceito foucaultiano de dispositivo (Foucault, 1989) e partimos da compreensão de que o modelo hegemônico de maternidade foi instituído em articulação com a categoria gênero. Esse modelo é atravessado por mecanismos de poder (Foucault, 2014), que organizam e regulam os

corpos femininos, atribuindo significados específicos à experiência materna a partir do funcionamento de dispositivos. De acordo com o autor, o dispositivo constitui-se como uma rede estratégica que não se limita à repressão, mas atua de forma produtiva, fabricando sujeitos, instituindo verdades e operando como tecnologia de poder-saber que molda tanto os corpos, quanto os comportamentos sociais (Foucault, 1989). Em seu funcionamento, o dispositivo articula discursos, instituições e práticas, reproduzindo verdades e normativas e naturalizando relações de poder e desigualdades que são, na realidade, construções históricas e culturais. Dessa forma, o dispositivo não apenas regula os corpos femininos através das normas sociais produzidas pelo sistema capitalista moderno-colonial, mas produz também a própria ideia do que significa “ser mãe”.

Concordamos com a perspectiva foucaultiana, para quem o discurso não se limita exclusivamente à dimensão linguística ou à mera utilização das letras, palavras e frases a fim de expressar algo (Fischer, 2001). Para o autor, o discurso constitui-se como uma prática social complexa, marcada por relações de poder, mecanismos de controle, processos de exclusão e, conseqüentemente, de resistência, pois “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault, 2014, p. 10). Deste modo, a produção e a circulação dos discursos são reguladas por estruturas históricas e culturais que determinam quem pode falar, o que pode ser dito e em quais condições pode ser dito (Foucault, 2014; Fischer, 2001). Essas estruturas operam através do que o autor chama de “interdição”, ou seja, da consciência de que não temos o direito “de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (Foucault, 2014, p. 9).

Ademais, essas estruturas operam através da hierarquização de saberes, que legitima e valida determinados discursos, enquanto marginaliza outros (Foucault, 2014). O autor entende o discurso como uma prática que produz sentidos e verdades sobre o mundo, podendo ser tanto um instrumento para dominação, quanto um campo de resistência, onde disputas por significados e visibilidades são travadas (Foucault, 2014). Em suma, o discurso não é apenas um meio de comunicação e de expressão, mas uma prática que articula saber e poder, produzindo modos de ser, pensar e agir no mundo. Nesse sentido, diferentes regimes discursivos convergem para produzir a mulher-mãe como um sujeito domesticado, cuja natureza a destina à submissão, à esfera privada, ao casamento heteronormativo e, conseqüentemente, à manutenção da ordem patriarcal

(Fontel, 2019). Segundo Fontel (2019), o projeto capitalista conduziu estrategicamente a produção de significados sobre a maternidade, utilizando diversos suportes. Portanto, essa figura feminina/materna não emerge de forma natural ou biológica, mas a partir de discursos que atravessam os campos religioso, filosófico, médico, institucional, pedagógico, midiático, dentre outros (Badinter, 1985; Fontel, 2019).

A seguir apresentamos o trabalho cartográfico, voltado para pensar os sentidos atribuídos por homens nas redes sociais sobre a maternidade. Subdividimos o trabalho cartográfico em três subseções visando uma melhor organização das análises.

3 Sentidos atribuídos por homens nas redes sociais sobre a maternidade

“O cara não pode ter um momento de lazer na vida?”

Para analisar a violência discursiva produzida por homens sobre as maternidades, iniciamos a seção trazendo para a discussão duas postagens realizadas nas redes sociais. A primeira postagem foi compartilhada em dezembro de 2024 por uma internauta da plataforma Threads, onde ela relata a seguinte situação:

Sou mãe solo e a empresa que trabalho emendou o recesso de ano novo. Minha tia me chamou para passar alguns dias na praia com ela e com muita culpa, pedi que minha mãe ficasse com meu filho para poder descansar. O que ela prontamente aceitou. Fiquei remoendo essa decisão por vários dias, mas decidi vir e caso me arrependesse, seria só voltar. Vim meio borocoxô e não consegui relaxar um minuto sequer e eis que recebo a seguinte mensagem do meu pai [pelo WhatsApp]: “Como você pode deixar seu filho para trás por três dias? Paz? Diversão? Uma noite eu engano ele, mas e depois?”. Será que estou tão errada?

A postagem gerou uma série de reações, com destaque para comentários de homens usuários que direcionaram críticas agressivas à autora da publicação. Entre os discursos cartografados, destacamos os seguintes:

Eu teria vergonha de deixar meu filho por três dias para me divertir.

Minha mãe nunca viajou sem mim, nunca sentiu essa necessidade [...] se você está sentindo necessidade de ficar longe da sua criança, isso diz mais sobre você do que sobre seu pai.

Se a criança fosse uma prioridade, vc jamais deixaria ela sozinha com os avós por 3 dias.

Quem fez filho foi você e não eles, o dever de cuidar é seu. Se hoje você passa por sobrecarga no trabalho por ter filhos, a única responsável por isso é você. [...] Ninguém faz filho sem querer.

Acho que a ideia de ter filho é que ele seja sua prioridade, não você.

E porque não levou ele junto? Seu pai está certíssimo.

Os comentários acima cartografados evidenciam a atuação do dispositivo da maternidade (Marcello, 2005), o qual, a partir da mobilização de discursos e enunciados, estabelece normas que definem o que é ser uma “boa mãe”. Para Marcello (2005), as linhas de subjetividade organizadas pelo dispositivo da maternidade são delineadas por estratégias de funcionamento da norma e operadas através do poder-saber (Foucault, 1989). Dessa forma, trajetórias que indicam ao sujeito-mãe que cuidar de si é, essencialmente, cuidar do outro, são reforçados. O modelo da maternidade que organiza esses discursos fundamenta-se especialmente na ideia da devoção e do sacrifício materno (Badinter, 1985) e exige das mulheres-mães uma renúncia de seus desejos em favor dos filhos.

Tal normatização é ainda perpetuada por discursos midiáticos e culturais (Marcello, 2005), bem como por práticas sociais e institucionais (Fontel, 2019), que naturalizam a abnegação, o sacrifício e a sobrecarga como características intrínsecas à maternidade. Nesse sentido, os comentários cartografados reiteram essa lógica ao associarem a maternidade à disponibilidade irrestrita da mulher-mãe ao cuidado do filho (“*Minha mãe nunca viajou sem mim, nunca sentiu essa necessidade*”) e a uma inerente – e supostamente natural – sobrecarga, que deve ser vivida sob qualquer hipótese (“*Se hoje você passa por sobrecarga no trabalho por ter filhos, a única responsável por isso é você*”, “*Acho que a ideia de ter filho é que ele seja sua prioridade, não você*”). Desse modo, a autonomia e o lazer femininos – como o fato de uma mãe se permitir tirar alguns dias de recesso para descansar – são interpretados como uma falha no cumprimento do papel materno, conforme observamos nos comentários a seguir: “*Eu teria vergonha de deixar meu filho por três dias para me divertir*”, “*porque não levou ele junto?*” e “*Se a criança fosse uma prioridade, vc jamais deixaria ela sozinha com os avós por 3 dias*”. Esses discursos e enunciações, que comumente circulam nas redes sociais, revelam a força e o caráter regulador do dispositivo da maternidade, que segue normatizando e interditando corpos femininos e maternos, especialmente através da mobilização do sentimento de culpa.

A segunda postagem analisada foi compartilhada na plataforma TikTok e viralizou em outras redes sociais. A postagem intitulada “Pensão do filho autista atrasada, mas o churrasco na praia não” aborda a crítica de uma mãe que registra em vídeo o genitor

de seu filho realizando um churrasco na praia com amigos. Em sua denúncia, a internauta destaca a contradição entre o não pagamento da pensão alimentícia do filho autista e a disponibilidade financeira do genitor para atividades de lazer.

Entre os discursos de homens que predominaram nessa segunda publicação, destacam-se afirmações como:

Não consigo entender isso; o cara não pode ter um momento de lazer na vida? É só trabalhar e pagar pensão?

O lazer dele não tem relação com a pensão.

Uma coisa não tem a ver com a outra; minha mãe criou eu e meu irmão sozinhos, e hoje somos adultos formados.

Ele tem que viver; já fui a churrascos sem dinheiro, às vezes os amigos pagam.

Pelo jeito que ela fala, ainda gosta dele; se fosse só pela pensão, iria à justiça.

Quem escolheu ele? Parem de romantizar isso. A culpa não é dele, pois ele é um 'inseto'; a culpa é sua, que se relacionou com ele.

Eu tenho nada a ver com sua vida não, mas você pega do governo 1.500 né pela lei da criança autista.

A disparidade entre as reações aos dois casos é evidente. Enquanto a mulher que viajou sem o filho foi alvo de julgamentos moralistas e normatizadores, tendo a sua maternidade questionada e sua autonomia interditada através do dispositivo materno, os comentários dirigidos ao vídeo do pai que não paga pensão revelam uma defesa veemente de seu “direito ao lazer”, sem que sua falta de assistência financeira ao filho seja questionada. Nesse sentido, o controle afetivo-cultural exercido sobre mulheres-mães se organiza especialmente mediante a mobilização da culpa, que é o principal sintoma do funcionamento do dispositivo materno introjetado através do ideal moderno-colonial da maternidade (Zanella, 2018).

Enquanto mães são constantemente culpabilizadas quando não correspondem com o ideal da maternidade, o pai raramente é repreendido, mesmo em caso de ausência ou abandono (Zanella, 2018). Conforme a autora, a procriação é associada (identitariamente) às mulheres, embora o contrário não ocorra com os homens. A diferença de percepção entre os papéis sociais de mães e pais, exposta nos comentários masculinos nas redes, expõe normas de gênero enraizadas no regime patriarcal. A narrativa de que o lazer do homem é um direito inegociável, mesmo em contextos de irresponsabilidade paterna, em detrimento do direito ao lazer materno, mesmo em contextos em que a mãe é a única responsável pelo cuidado do filho, reforça a noção de que os custos afetivos e materiais

da criação dos filhos recaem desproporcionalmente sobre as mulheres, sendo endossados através de discursos proferidos nas redes sociais. Além disso, a culpabilização da mãe por sua suposta escolha afetiva (“*a culpa é sua, que se relacionou com ele*”) e a insinuação de que ela usufrui de auxílios estatais (“*Eu tenho nada a ver com sua vida não, mas você pega do governo 1.500 né pela lei da criança autista*”) ilustram mecanismos de normatização e opressão que transferem para a mulher – de forma individual – responsabilidades coletivas e sistêmicas.

“As mulheres despertaram uma reação dos homens”

Durante o trabalho cartográfico, acompanhamos os desdobramentos discursivos de um vídeo produzido e divulgado no TikTok em janeiro de 2025⁷ e que trouxe reflexões importantes sobre os debates feministas e de gênero. O vídeo em questão analisa como homens podem ser seletivos ao defender outros homens, naturalizando a irresponsabilidade paterna e dissociando suas obrigações parentais, ao passo que, ao se deparar com uma mulher-mãe em uma situação semelhante, estes exigem uma dedicação incondicional à maternidade. No vídeo publicado, o movimento de homens que saem em defesa de outros homens é nomeado de “pacto masculino”. Os homens, ao buscarem constantemente comprovar sua masculinidade perante seus pares, desenvolvem entre si relações de solidariedade e apoio social – o que é denominado por Zanello (2018) como “camaradagem”, “fraternidade” ou mesmo “brotheragem”.

Nessa perspectiva, destacamos os seguintes comentários de um internauta do gênero masculino:

A questão é que as mulheres despertaram uma reação dos homens, como tudo de ruim sempre é feito e direcionado a nós [homens], então os homens reagiram ao expor as mulheres, sacas?

Então em um resumo bem simples, o que você está vendo é um movimento de homens reagindo às mulheres, por isso surgiu esses babaquinhas da red pill, esses caras que expõe mulheres.

Neste caso estamos falando sobre a relação das reações que as mulheres criaram na sociedade masculina, sobre reagir toda vez que uma mulher faz algo que ela mesma critica.

⁷ O vídeo foi produzido e publicado em 2025 pela primeira autora do texto em seu perfil no TikTok, dedicado ao ciberativismo com foco em questões de gênero e maternidade. No vídeo é realizada uma comparação dos comentários produzidos por homens nas redes sociais provenientes dos dois cenários analisados nas seções anteriores.

Em seus comentários, o internauta sustenta que as ações conjuntas dos homens nas redes sociais constituem respostas reativas às condutas das mulheres. O advento da internet intensificou os discursos misóginos e machistas, que agora são produzidos e disseminados na rede (Silva, 2023). Esses discursos, frequentemente presentes em postagens feitas por mulheres e mães nas redes sociais – sejam elas ciberativistas ou não – reiteram narrativas encontradas em conteúdos misóginos/machistas divulgados até mesmo em anúncios pagos em plataformas do grupo Meta⁸ (Netlab, 2024). Trata-se de discursos proferidos, ainda que não restritamente, por grupos masculinistas, como os incels e redpills, que transferem para as mulheres a responsabilidade pelo machismo e pela misoginia praticada por homens, retratando-os como vítimas de um sistema supostamente manipulado por mulheres “oportunistas” ou “beneficiadas pela justiça” (Silva, 2023).

O autor da postagem acima se posiciona na defensiva, argumentando que os homens são alvos de um contexto histórico e cultural que os oprime: “*em um resumo bem simples o que vc está vendo é um movimento de homens reagindo as mulheres*”. Nesse sentido, o autor justifica a existência de grupos *red pills* e de “*caras que expõe mulheres*”, a partir de uma suposta organização ginocêntrica da sociedade (Silva, 2023), ou seja, uma sociedade que ignora ou negligencia as necessidades e os problemas dos homens porque a visão do mundo encontra-se centrada na mulher (Nathanson; Young, 2006). Essa perspectiva, segundo os autores, surge como uma maneira de corrigir vieses da visão androcêntrica e que, com o tempo, acabou reproduzindo um novo viés que favorece as mulheres.

Desse modo, grupos masculinistas vêm defendendo que o ginocentrismo adquiriu status oficial nas normativas e legislações atuais e se perpetua nas políticas públicas, criando um novo padrão que impactaria negativamente os homens nas esferas psicológica, política e moral (Nathanson; Young, 2006). No entanto, pesquisas, estatísticas e evidências sociais apontam o contrário. Conforme o relatório “Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP (2025), 55,6% da população brasileira já presenciou ou teve conhecimento de um ou mais episódios de violência contra meninas e mulheres no último

⁸ Dentre as redes sociais que compõem o grupo Meta, destacam-se o Facebook, o Instagram, o Threads e o WhatsApp.

ano, incluindo casos de assédio, violência psicológica e física, praticados tanto por desconhecidos, quanto por parceiros íntimos ou familiares.

O estudo destaca ainda 366 pesquisas produzidas entre 2000 e 2018 em 161 países, apresentando estimativas globais sobre a prevalência de violência física e/ou sexual contra mulheres por parceiro íntimo. O relatório concluiu que 27% das mulheres no mundo, entre 15 e 49 anos, sofreram esse tipo de violência ao longo da vida, número que sobe para 32,4% no contexto brasileiro (FBSP, 2025). Esses dados evidenciam que ainda experienciamos práticas cotidianas que são fruto de uma sociedade masculina e patriarcal, com a forte presença da violência e da impunidade masculina. Portanto, a alegação de uma suposta sociedade ginocêntrica carece de respaldo empírico e científico, além de ignorar as desigualdades de gênero historicamente consolidadas. Nesse sentido, a argumentação apresentada pelo autor da postagem parece perpetuar mais um tipo de violência: a violência discursiva contra as mulheres praticada amplamente nas redes sociais.

“A gente acaba se zoando”

Retomando os dados registrados no diário de campo da pesquisa – produzidos durante uma conversa entre a primeira autora do texto e um parente em uma festa de aniversário⁹ –, o participante analisa as formas de demonstração de afetividade entre homens. Ele explica: *“como homens não demonstram afetividade um pelo outro, porque isso não pode acontecer socialmente, a gente acaba se zoando”*. Essa dinâmica relacional dialoga com a análise de Zanello (2018), para quem a masculinidade se constrói pela ideologia de uma pseudosuperioridade masculina, reiterada pela heteronormatividade. A autora ainda destaca que práticas misóginas, antifeministas e o “silêncio compactuador” (Zanello, 2018) são frequentemente reproduzidas, sobretudo em situações de violência contra grupos sociais que integram as chamadas minorias, incluindo mulheres, pessoas negras e aquelas que não se identificam com a heterossexualidade.

Nesse contexto, a conversa registrada no diário de campo revela como uma pretensa superioridade masculina se camufla nas “piadas” entre amigos. Essas

⁹ Embora o ciberespaço seja o lócus privilegiado desta pesquisa cartográfica, a conversa em questão ocorreu presencialmente (face a face). Reconhecemos que pesquisar em tempos de cibercultura implica assumir a indissociabilidade entre o *online* e o *offline* (Couto Junior; Oswald, 2014).

“brincadeiras”, que ridicularizam mulheres e pessoas LGBTI+¹⁰, reforçam a noção de inferioridade do “outro”, consolidando assim a masculinidade hegemônica. Questionando o participante acerca dos tipos de piadas realizadas no interior desses grupos, ela afirma:

Quando você usa um determinado grupo para “zoar” os outros [seus amigos], você está se colocando em uma posição de poder. Essa atitude reflete uma mentalidade do tipo: “Eu, homem hétero, branco e cis, sou superior”. Ao fazer isso, você se coloca como o centro, o “ideal”, e usa como piada aquilo que considera inferior. E o que é visto como não ideal nessa lógica? Ser gay, ser mulher [por exemplo]. (Diário de campo, julho de 2025)

Embora a reprodução de piadas homofóbicas e machistas nem sempre reflita os valores individuais dos participantes (Connell; Messerschmidt, 2013), a busca por afeto e pertencimento muitas vezes leva ao silêncio compactuador (Zanello, 2018) e à omissão diante dessas violências discursivas. Ao não confrontar tais comportamentos, reforça-se também a normatividade, mesmo que não haja intenção de legitimá-la.

O silêncio compactuador, conforme destaca a autora, é motivado pelo medo dos homens de serem humilhados ou desonrados perante seus pares, visando, dessa forma, manter a cumplicidade masculina e preservar uma espécie de “sentimento de honra” vigente nesses grupos. O ideal de lealdade entre os homens pressupõe, sobretudo, nunca privilegiar uma mulher ou um homem mais vulnerável em detrimento de um “brother” (Zanello, 2018, p. 228), consolidando uma cultura de cumplicidade que reforça comportamentos virilistas e tóxicos. Ruani, Couto Junior e Brito (2025) ressaltam que as normas regulatórias de gênero estabelecem uma visão hierárquica que desvaloriza masculinidades dissidentes, ou seja, aquelas que não se alinham a um padrão hegemônico predefinido.

O ciberativismo materno-feminista em resposta à supremacia masculinista e patriarcal: para (não) concluir

Os dados analisados neste texto evidenciam o quanto a internet vem potencializando a disseminação de discursos misóginos e machistas, incluindo comentários amplamente publicizados contra mulheres e mães nas redes sociais e comentários disseminados em espaços privados, como grupos de WhatsApp. Essas narrativas, propagadas especialmente por grupos masculinistas, cumprem uma dupla

¹⁰ A opção pela sigla específica busca o consenso e o uso estratégico no ativismo nacional, conforme defendido por Quinalha (2022). Evita-se, assim, a dispersão e a invisibilização causada pela pluralidade de siglas, especialmente relevante no contexto da cibercultura.

função: por um lado, reforçam hierarquias de gênero que marginalizam determinadas formas de ser mulher/mãe e, por outro lado, reafirmam uma estrutura patriarcal que atribui uma suposta superioridade a pessoas do sexo masculino. Essa dominação simbólica muitas vezes se expressa por meio de “piadas” e “brincadeiras” que objetivam humilhar/inferiorizar mulheres e pessoas LGBTI+, consolidando assim os padrões da masculinidade hegemônica. Nesse processo, observa-se como práticas misóginas, retóricas antifeministas e o “silêncio compactuador” não apenas se disseminam em/na rede, mas também naturalizam a transferência de responsabilidades sociais para o plano individual das mulheres, mecanismo característico da racionalidade neoliberal que vem estruturando as relações sociais contemporâneas.

Assim, o ciberativismo materno-feminista emerge como uma força que objetiva desarticular e subverter discursos hegemônicos ao fomentar uma análise crítica das estruturas de poder que produzem e sustentam desigualdades de gênero. Numa perspectiva foucaultiana, entendemos que esses discursos são inventados/criados em um determinado tempo-espço (Paraíso, 2014), o que também possibilita a constituição de processos de desconstrução e resistência (Foucault, 2014). Tais processos se expressam em práticas ciberpolíticas-afetivas que vêm ganhando espaço em perfis criados por mulheres/mães em diversas redes sociais. Essas práticas articulam denúncias, mobilizações políticas materno-feministas, produção de saberes e criação de redes e ações coletivas através do uso estratégico das tecnologias digitais. Adotando estratégias como a inversão e a desconstrução discursiva, esses perfis ciberativistas buscam subverter falas misóginas e patriarcais e reposicionam as mulheres como detentoras do poder discursivo, revelando o caráter opressivo e interditório (Foucault, 2014) presentes em enunciados difundidos socialmente. Ademais, esses perfis também desestabilizam os alicerces discursivos que sustentam discursos hegemônicos de gênero e maternidade, através da desconstrução analítico-crítica de enunciados que desqualificam/normatizam as experiências maternas.

Essas estratégias de resistência são orquestradas dinamicamente em tempos de cibercultura, através de grupos de mulheres e mães ciberativistas que, a partir da contestação da ordem do discurso patriarcal vigente, mobilizam as redes digitais a fim de construir novos sentidos acerca dos papéis de gênero e da maternidade. Deste modo, o ciberativismo materno-feminista não somente facilita a disseminação de contranarrativas como forma de resistência, mas também desestabiliza o caráter universal e biológico

sobre o qual os discursos patriarcais foram estabelecidos ao longo da história, revelando como esses discursos não são naturais, mas construções históricas, culturais e políticas. Diante do exposto, é imprescindível ampliarmos a luta dos movimentos ciberativistas visando dinamitar a propagação da violência discursiva praticada por grupos masculinistas na internet. Para isso, as alianças políticas são fundamentais no enfrentamento à supremacia masculinista e patriarcal, cujos defensores produzem discursos que colocam em xeque determinados modos de ser/existir.

Referências

- AMARO, Ivan; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; GANEM, Bruno. “Eu reboło até o chão mesmo!”: vidas precárias e corpos de gênero dissidentes no cotidiano escolar. **Revista Exitus**, Santarém, v. 11, n. 1, p. 1-24, 2021. Disponível em: <<https://is.gd/faVPet>>. Acesso em: 16 jul. 2023.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, maio/ago. 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/1VWhF9m>>. Acesso em: 29 out. 2018.
- BRITO, Leandro Teofilo de. “Esquerdomacho também tem sentimento”: masculinidade, juventude e diferença no movimento estudantil contemporâneo. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 81, p. 1-13, abr./jun. 2025. Disponível em: <<https://shorturl.at/qS6Hj>>. Acesso em: 11 jul. 2025.
- CARVALHO; Felipe da Silva Ponte de; POCAHY, Fernando; SANTOS, Edméa. Por uma formação não fascista: experimentações docentes na cibercultura. **Revista Educativa**, Goiânia, v. 20, n. 3, p. 752-768, set./dez. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2zOuk9t>>. Acesso em: 7 dez. 2018.
- CARVALHO, Felipe; POCAHY, Fernando. Cibercartografia: uma abordagem éticoepistêmico-metodológica na cibercultura. In: OSWALD, Maria Luiza M. Bastos *et al.* (Orgs). **Metodologias de pesquisa online: investigando em/na rede com o outro**. Rio de Janeiro: Ayvu, 2023, p. 175-203.
- CORRÊA, Mithaly Salgado; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro. **O ciberativismo de mãos na constituição de estratégias de permanência-resistência no ensino universitário**. In: Anais do 11º Encontro de educação e tecnologia de informação e comunicação (E-TIC)/ 3º Encontro da linha TICPE / 2º Encontro de egressos TICPE: dimensões ético-estético-políticas do presente. Rio de Janeiro: Manacá, 2024. p. 256-259.
- CONNELL, Raewyn.; MESSERSCHMITT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013. Disponível em: <<https://shorturl.at/PWf9t>>. Acesso em: 12 ago. 2025.

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; BRITO, Leandro Teofilo de. “Vocês conhecem algumx ‘heterossexual flexível’?”: masculinidades performativas em debate. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 81-97, jan./mar. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2D0q3SY>>. Acesso em: 7 dez. 2018.

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; VELLOSO, Luciana; SANTOS, Rosemary dos. Os movimentos ciberativistas de (re)existência nas redes sociais e suas implicações para a educação. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 60, p. 91-108, jan./mar. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2weX6Bj>>. Acesso em: 1 mar. 2020.

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; TEIXEIRA, Marcelle Medeiros; MADDALENA, Tania Lucia; SOARES, Reginaldo Rosa. Por que pesquisa online não é pesquisa remota emergencial? Particularidades e potencialidades investigativas na cibercultura. In: OSWALD, Maria Luiza; FERNANDES, Adriana Hoffmann; SILVA, Dagmar Mello; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; FERREIRA, Helenice Mirabelli Cassino (Orgs.). **Metodologias de pesquisa online**: investigando em/na rede com o outro. Rio de Janeiro: Ayvu, 2023, p. 404-429.

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; FERREIRA, Helenice Mirabelli Cassino; OSWALD, Maria Luiza Magalhães Bastos. Compartilhando experiências sobre o “armário”: as conversas online como procedimento metodológico da pesquisa histórico-cultural na cibercultura. **Interfaces Científicas – Educação**, Aracaju, v. 6, n. 1, p. 23-34, out. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2zRX7KV>>. Acesso em 02 jun. 2025.

COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; OSWALD, Maria Luiza Magalhães Bastos. “Fico sem nada de interessante pra postar qnd estou recatada!”: a relação entre o espaço eletrônico e o espaço físico em conversas mantidas entre jovens no Facebook. In: PORTO, Cristiane; SANTOS, Edméa (Orgs.). **Facebook e educação**: publicar, curtir, compartilhar. Paraíba: EDUEPB, 2014, p. 167-184. Disponível em: <<https://bit.ly/2wcJuWP>>. Acesso em: 6 abr. 2019.

DUQUE, Tiago. Deve o pesquisador beber catuaba? Experiências teórico-metodológicas na era digital. In: OLIVEIRA, Danilo Araujo de Oliveira; SILVA-SILVA, Luiza Cristina; SALES, Shirlei. (Org.). **Metodologias de pesquisas científicas no ciberespaço/cibercultura**: #netnografia #etnografiadigital #pesquisaemtela #entrevistaonline #análisecultural #análisedodiscurso_inspiradaemFoucault. Curitiba: Appris, 2024.

FONTEL, Luana Souza. **Mães na universidade**: performances discursivas interseccionais na graduação. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

FONTEL, Luana Souza. Mulheres “indígenas” e os mitos da “boa parideira”: performances discursivas coloniais entre gênero e etnia. In: **Anais IV Desfazendo gênero**. Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <<https://l1nq.com/KBRoB>>. Acesso em: 10 mai. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. 56 p.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 197-223, nov. 2001. Disponível em: <<https://shorturl.at/J5YHi>>. Acesso em: 24 jul. 2025.

FREITAS, Paula Rios de; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; CARVALHO, Felipe. “Eu sempre sonhei em ter um neto homem!”: cartografando vídeos de “chás de revelação” no YouTube. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 55, p. 37-58, jan./abr. 2023. Disponível em: <<https://bit.ly/3VCekQF>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MADDALENA, Tania Lucía. **Digital Storytelling: uma experiência de pesquisa-formação na cibercultura**. 2018. 198 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MADDALENA, Tania Lucia. A hiperescrita de si: memória, experiência e invenção digital na formação de professores. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, RJ, v. 21, n. 60, p. 203–217, 27 fev. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/4mKOIUa>. Acesso em 15 jan. 2025.

MARCELLO, Fabiana de Amorim. Dispositivo da maternidade: mídia e a produção pedagógica de sujeitos, práticas e normas. **Educar em revista**, Curitiba, n. 26, p. 81-98, 2005. Disponível em: <<https://shorturl.at/vsCRG>>. Acesso em: 15 mai. 2025.

MEYER, Dagmar Estermann. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgs.). **Metodologias de Pesquisa Pós-Críticas em Educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014. p. 49–63.

NATHANSON, Paul; YOUNG, Katherine K. **Legalizing Misandry: from public shame to systemic discrimination against men**. Québec: McGill-Queen’s Press, 2006.

NETLAB. **Golpes, fraudes e desinformação na publicidade digital abusiva contra mulheres**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2024. Disponível em: <<https://bit.ly/3HGmjZX>>. Acesso em: 20 mai. 2025.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2. Ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014, p. 25-47.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: CLACSO (Orgs.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/4dOAYyv>>. Acesso em: 5 mai. 2025.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. 192 p.

RUANI, Ruann Moutinho; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; BRITO, Leandro Teófilo de. Masculinidades Juvenis em Tempos de Cibercultura: sobre os cuidados, riscos e armadilhas na pesquisa com grupos masculinistas e incels no instagram. In: CARVALHO, Felipe; SANTOS, Sônia Regina Mendes dos (Orgs.). **Anais do 14º e-tic 2025 / 4º encontro da linha ticpe / 3º encontro de egressos ticpe: experiências educativas críticas e propositivas em tempos de desinformação em rede**. Rio de Janeiro, 2025.

RUANI, Ruann Moutinho; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro; BRITO, Leandro Teófilo de. Sentidos de masculinidades dissidentes através do uso do emoji de berinjela no Grindr. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 18, p. 1-20, jan./dez. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3n8FSgZ>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

SANTAELLA, Lucia. Diagnóstico contemporâneo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 38, n. 110, p. 7-18, 2024. Disponível em: <<https://is.gd/ogz2Vb>>. Acesso em: 9 dez. 2024.

SANTOS, Edméa. A cibercultura e a educação em tempos de mobilidade e redes sociais: conversando com os cotidianos. In: FONTOURA, Helena Amaral; SILVA, Marco (Orgs.). **Práticas pedagógicas, linguagem e mídias: desafios à Pós-graduação em Educação em suas múltiplas dimensões**. Rio de Janeiro: ANPEd Nacional, 2011, p. 75-98.

SANTOS, Edméa. **Pesquisa-formação na cibercultura**. Teresina: EDUFPI, 2019.

SILVA, Bruna Camilo de Souza Lima e. **Masculinismo: misoginia e redes de ódio no contexto da radicalização política no Brasil**. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2023. Disponível em: <<https://bit.ly/4dPTfvg>>. Acesso em: 20 mai. 2025.

SILVA, João Paulo de Lorena; PARAÍSO, Marlucy Alves. Cartografia para pesquisar currículos e infâncias em dissidências: um exercício experimental de invenção. **Acta Scientiarum Education**, v. 45, p. e65889-e65889, 10 ago. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/4kShfjQ>. Acesso em 02 abr. 2025.

SOUZA, Marta Lima. narrativas da, com a e na educação de jovens e adultos. **Dicionário de Pesquisa Narrativa**. Rio de Janeiro, RJ: Ayvu, 2023. p. 337.

TEIXEIRA, Marcelle Medeiros; SOARES, Reginaldo Rosa; COUTO JUNIOR, Dilton Ribeiro. O Brasil no olho do furacão COVID-19: cartografando estratégias ciberativistas de enfrentamento às (necro)políticas experienciadas em tempos de pandemia. **Rebeh - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Cuiabá, v. 7, n. 22, e16017, 2024. Disponível em: <<https://is.gd/hSXcOk>>. Acesso em: 14 set. 2024.

YOUNG, Katherine K.; NATHANSON, Paul. **Legalizing Misandry**. Kingston: McGillQueen's University Press, 2006.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.

Recebido em setembro de 2025.

Aprovado em setembro de 2025.